

Plano de ação 2008 privilegia pequenos

Macapá (AP)



Amapá, Acre e Roraima entre os estados priorizados pela Sudam



Rio Branco (AC)



Boa Vista (RR)

Com base em estudos promovidos pela área de planejamento da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, em conjunto com os governos dos estados amazônicos, Banco da Amazônia e Suframa, encontra-se em fase final de elaboração o Plano de Ação 2008, que prevê investimentos da ordem de R\$20 milhões, privilegiando proporcionalmente as unidades federativas com menores níveis de renda e pequeno dinamismo econômico.

As ações selecionadas contemplarão quatro eixos temáticos, envolvendo o Zoneamento Econômico-ecológico, Arranjos Produtivos Locais, Capacitação de Gestores para o Desenvolvimento Sustentável, e Divulgação Institucional, a partir de diretrizes pré-estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional (MI), contemplando os Programas do Plano Plurianual – PPA 2008/2011, onde se inserem a execução de sete programas finalísticos contendo 21 ações estratégicas.

As ações objetivam fortalecer o desenvolvimento da Amazônia brasileira, com a execução de atividades convergentes e complementares, segundo pontua o diretor de planejamento da Sudam, Pepeu Garcia. Na primeira etapa, prevista para entrar em execução imediata, a Sudam destinará recursos para complementação de ações iniciadas no exercício anterior.

Detalhamento

O Plano de Ação 2008 tem seu embasamento no Plano Amazônia Sustentável (PAS), na Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), com foco em Arranjos Produtivos Locais (APL), adotados pelo MI e pela Sudam, e nas ações de promoção de investimentos para o desenvolvimento regional, onde se inserem os eixos temáticos disseminadores dos projetos indicados para execução no quadriênio 2008/2011.

Ao Zoneamento Ecológico-Econômico serão destinados recursos visando à promoção de estudos que permitam a delimitação e a caracterização física, socioeconômica e ambiental das áreas selecionadas, de forma a orientar os investimentos públicos e privados em bases sustentáveis, definir áreas de expansão das fronteiras agrícolas, consolidar uma base de informações e de diretrizes de planejamento, além de fortalecer as atividades industriais, de forma ordenada, respeitando as condicionantes ambientais.

Aos Arranjos Produtivos Locais, a prioridade caberá potencialmente aos estados que apresentam menor dinamismo econômico, entre os quais se destacam o Acre, Amapá e Roraima. A essas unidades serão oferecidos meios determinantes ao desenvolvimento da capacidade produtiva, visando inserir a produção no contexto da economia interna regional, nacional e internacional.

No âmbito da capacitação de gestores para o desenvolvimento sustentável, o Plano de Ação da Sudam considera a constatação de que os municípios são os entes da federação que possuem maiores dificuldades de recursos humanos para o desenvolvimento sustentável. Diante desse fato serão dirigidas ações de capacitação, priorizando os Estados como proponentes e suas unidades municipais como beneficiários, obedecendo o escalonamento de prioridades.

O PPA/2008 reserva, ainda, recursos significativos para execução de projetos específicos nas áreas da defesa civil, de fomento à biotecnologia e recursos genéticos e de transformação da biodiversidade regional entre outros de igual importância para a promoção do desenvolvimento regional.

Sudam entrega laudos constitutivos de IR

no Amazonas e Pará

Treze empresas do Amazonas e cinco do Pará, beneficiárias de incentivos fiscais concedidos pela autarquia, receberam da equipe técnica da Sudam os laudos constitutivos em julho, que na prática reafirmam o compromisso da Sudam com a modernização dos empreendimentos privados localizados na região amazônica.

A entrega do Laudo Constitutivo pela Sudam, atesta a entrada das empresas em operação com mais de 20% de sua capacidade de produção, garantindo junto à Receita Federal o benefício de 75% de redução do Imposto de Renda, pelo prazo de 10 anos. O incentivo fiscal na forma da redução do Imposto de Renda tem como principal objetivo atrair empresas para a região, incrementando a economia e gerando novos postos de trabalho. Além de ser um importante instrumento de atração de investimentos, a redução de até 75% do Imposto de Renda, possibilita a ampliação social, criando ou mantendo postos de trabalho e garantindo renda a milhões de trabalhadores.

Em Manaus, foram entregues 25 projetos de diversificação às empresas Denso Industrial da Amazônia LTDA, Philips da Amazônia Indústria Eletrônica LTDA, Athletic da Amazônia LTDA, Semp Toshiba Amazonas S/A, Unicoba da Amazônia Ltda, Siemens Eletroeletrônica S/A e Trópico Sistemas e Telecomunicações da Amazônia LTDA; de modernização à empresa Editora Novo Tempo; e de implantação às empresas Sunsix Indústria Eletrônica LTDA, De Pasqual Hotéis e Turismo LTDA, Hyssa Abraham & Cia LTDA, Maggi Energia S/A e Sonoco do Brasil LTDA.

No Pará, a cerimônia de entrega dos laudos contou com a presença das empresas beneficiadas e de representantes da Federação das Indústrias do Estado. O superintendente Djalma Mello aproveitou para pedir a ajuda do Governo do Estado, da Federação das Indústrias do Estado do Pará e de todas as entidades interessadas para que se tornem porta-vozes desse trabalho de captação de demandas junto a empresários paraenses. O vice-presidente da Fiepa, Nilson Azevedo, manifestou total apoio à Sudam no sentido de fazer a interlocução com os empresários.

As empresas paraenses contempladas com a emissão do Laudo Constitutivo são a Tramontina Belém S/A, Ocrim S/A Produtos Alimentícios, Couro do Norte S/A Ltda., Usina Siderúrgica do Pará-Usipar e Mineração Buritirama S/A. O diretor de Atração de Investimentos da Sudam, Inocêncio



Cerimônia de entrega dos laudos constitutivos às empresas paraenses

Gasparim, fez um balanço dos incentivos concedidos pela ADA/Sudam, desde 2001. Segundo ele, com a entrega desses Laudos Constitutivos, foi ultrapassada a marca dos 100 projetos. No total, foram entregues, até agora, 105 Laudos Constitutivos de pleitos relacionados ao benefício de isenção e redução de Imposto de Renda.

Acompanhamento on-line

Durante a entrega dos laudos às empresas paraenses, Mello anunciou, ainda, a implantação da versão eletrônica de acompanhamento e análise dos projetos que deverá estar em funcionamento até o fim deste ano. Com a informatização do sistema de concessão de incentivos, os projetos passarão a ser analisados e aprovados em tempo real com duração de no máximo quatro meses entre a data do protocolo e a liberação pela autarquia. Os interessados poderão acompanhar o andamento dos seus processos via internet e terão o retorno da instituição também por via eletrônica. Esse sistema, além de tornar todo o procedimento mais célere, proporcionará maior viabilidade, transparência e segurança aos usuários e à autarquia. Depois de 24 horas de protocolado, o interessado receberá, por via eletrônica, a confirmação do protocolo e a formalização do seu pleito.

Gestores federais do Amazonas instalam Fórum

Cerca de 12 instituições públicas federais do Amazonas instalaram no início de agosto, em Manaus, a Seção Estadual do Fórum de Gestores Federais da Amazônia (FGF). Coordenado pela Sudam, o Fórum tem como principal objetivo identificar, fundamentar e harmonizar as ações dos órgãos federais na Amazônia, evitando a superposição de propostas e de projetos que integrem e compartilhem as políticas federais destinadas a promover o desenvolvimento regional. O Amazonas é o terceiro Estado a ter a Seção Estadual do FGF. Outros estados como o Pará e o Amapá já instalaram suas seções.

Seguindo a dinâmica dos eventos anteriores, os gestores do Amazonas fizeram uma apresentação das

principais ações por eles coordenadas e, em seguida, aprovaram o regimento interno do FGF, que possibilita maior organização e torna o Fórum uma entidade legal.

Na abertura, o superintendente da Sudam, Djalma Mello, explicou que o Fórum é uma forma de estreitar o conhecimento entre os gestores na busca da articulação de políticas conjuntas, evitando paralelismo de ações e reduzindo custos. O coordenador executivo e diretor da Sudam, Inocêncio Gasparim, completou afirmando que o FGF deve cumprir numa escala maior de atuação institucional as prioridades do Governo Federal na Amazônia. “No Amazonas, a idéia é que os gestores locais possam potencializar essas ações, porém de forma conjunta”, informou.

Os gestores apoiaram a iniciativa e se comprometeram em mobilizar as outras instituições para a segunda reunião marcada para o dia 28 de agosto na Suframa, ocasião em que serão definidos os grupos de trabalho temáticos específicos para o Amazonas. “Esse é um primeiro passo que a Sudam está dando e a expectativa é que o Fórum de Gestores alcance seu objetivo principal que é a integração dos diversos órgãos de governo em torno de ações comuns e eficazes para a Amazônia”, disse a superintendente da Suframa, Flávia Grosso.

Expediente

INFORME SUDAM - Ano 1, nº 06

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

Geddel Vieira

Superintendente: Djalma Bezerra Mello

Diretora Administrativa: Georgetti Cavalcante

Diretor de Planejamento e Articulação de Políticas: Pepeu Garcia

Diretor de Gestão de Fundos e Incentivos e de Atração de Investimentos:

Inocêncio Gasparim

Chefe de Gabinete: Alda Selma Monteiro

ASCOM - Assessoria de Comunicação Institucional e Marketing

Leidemar Oliveira, Marilena Vasconcelos e Antonio Praxedes

E-mail: ascom@sudam.gov.br

REVISÃO e DIAGRAMAÇÃO

Robson Silva

IMPRESSÃO: Reprografia da Sudam

Ministério da
Integração
Nacional



Condel reforça planejamento da Amazônia

Um fórum legítimo, politicamente fortalecido e com uma representatividade definida por uma composição ampla e participativa. Esse é o perfil do novo Conselho Deliberativo (Condel) da Sudam, que foi instalado no dia 30 de maio, em cerimônia presidida pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva, em Belém. O Conselho reúne pela primeira vez, em setembro, para aprovar o seu regimento interno e os programas de financiamento do FNO.

Passando a reunir, a partir daí, trimestralmente, o Condel será presidido pelo ministro da Integração Nacional, em ocasiões em que não estiver presente o presidente da República. Tem como membros permanentes os governadores dos nove estados da Amazônia Legal (que só poderão ser representados por seus vices), nove ministros designados pelo presidente da República (que só poderão ser representados por seus secretários-executivos), três representantes dos municípios, três representantes da classe empresarial e três representantes da classe dos trabalhadores. Além deles participam o superintendente da Sudam e o presidente do Banco da Amazônia. Poderão, ainda, participar como convidados do Condel, sem direito a voto, dirigentes de órgãos, entidades e empresas da administração pública.

Nascendo politicamente fortalecido, o novo Condel não terá mais a dimensão de um organismo que analisa e aprova projetos específicos de determinadas empresas. Essas deliberações ficam a cargo da diretoria colegiada da Sudam. “O Conselho é um espaço de deliberação e definições de prioridades e estratégias de planejamento regional em sentido amplo. Essa é a grande atribuição do Condel”, pontua o superintendente da Sudam, Djalma Mello.

GESTÃO PARTICIPATIVA

Em cumprimento à garantia constitucional de participação popular, o Condel tem por missão a promoção da gestão participativa das múltiplas dimensões da questão regional. Para isso, serão criados comitês, permanentes ou provisórios.

Os Comitês de Gestão serão constituídos de representantes do governo e da sociedade e funcionarão como instrumento de formulação, supervisão e controle, por parte dos cidadãos e de suas instituições representativas, dos planos e políticas públicas para a região. “Por isso mesmo, o Condel é o elemento articulador fundamental para a consolidação da nova Sudam”, acrescenta Mello.

Dentre as atribuições do Condel, estão as de estabelecer as diretrizes de ação e propor projeto de lei que instituirá o plano e os programas regionais de desenvolvimento a serem encaminhados ao Congresso Nacional, bem como acompanhar, avaliar a sua execução e aprovar programas de financiamento do FNO e diretrizes e prioridades para as aplicações de recursos no âmbito do FDA.



Cerimônia realizada em maio oficializou instalação do Condel

Diretrizes do FNO/2009

devem priorizar planejamento integrado

As diretrizes e prioridades que nortearão os investimentos do Fundo Constitucional do Norte (FNO) para o exercício de 2009 começaram a ser discutidas em uma reunião técnica realizada no dia 23 de julho, na sede da Sudam, com a presença de representantes do Ministério da Integração Nacional, Sudam, Banco da Amazônia e Governo do Estado do Amazonas e do Pará.

Com recursos de R\$ 1,5 bilhão em 2008, o FNO abrange os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. Os recursos do FNO são destinados às micro, pequenas, médias e grandes empresas que desenvolvam atividades nos setores mineral, industrial, agroindustrial, turístico, de infraestrutura, comercial e de serviços.

Em termos percentuais, as aplicações do FNO cresceram 59% nos últimos oito anos, mas ainda há disponível um saldo de 216,5% dos recursos oriundos de

repasse da União. No mesmo período, o Pará foi o estado campeão em número de operações seguido de Rondônia e Amazonas. Já o Acre é o estado com o menor desempenho.

Com a criação da nova Sudam cabe ao Conselho Deliberativo a aprovação das diretrizes e prioridades do FNO e ao Banco da Amazônia a definição da metodologia de execução. A intenção é de aprovar as diretrizes no Condel no início de setembro e definir a execução até o final do mesmo mês.

O coordenador-geral de planejamento da Sudam, Adagenor Ribeiro, reforçou o papel da autarquia de aglutinar os diversos planejamentos (federais, estaduais e municipais), tendo como foco um planejamento integrado. “Essa integração deverá nortear as diretrizes do FNO para os próximos exercícios”, disse Adagenor.

Ouvidoria aproxima público da instituição

A criação da nova Sudam, em agosto de 2007, trouxe uma grande novidade: estabeleceu um canal direto entre os diversos públicos interno e externo da instituição e a diretoria colegiada, com a criação de uma Ouvidoria. Tal iniciativa possibilitará aos servidores da Sudam e de órgãos e instituições parceiros e conveniados, empresários e ao público em geral o acompanhamento mais próximo de suas demandas e a participação mais direta na gestão do órgão. Agora, todos podem dar opiniões, fazer elogios e críticas e mesmo fazer proposições sobre a melhor forma de conduzir o andamento de programas e projetos institucionais. O ouvidor da Sudam, Daniel Rocha, fala nesta entrevista sobre o papel da Ouvidoria que, segundo ele, passa a ser a “voz” dos cidadãos na instituição.

Ascom – O que é a Ouvidoria da Sudam?

Daniel – A Ouvidoria é um canal ágil e direto que existe entre o cidadão e a Instituição, promovendo o exercício da democracia participativa, aproximando o cidadão comum ao poder público, podendo ter uma participação direta dando opiniões, elogios, críticas etc.

Ascom – Qual a função de um Ouvidor?

Daniel – O ouvidor é um profissional contratado por um Órgão, Instituição ou Empresa que tem a função de receber críticas, sugestões, reclamações, denúncias e elogios referentes às atribuições da Sudam. Ou seja, passa ser a “voz” dos cidadãos na Instituição, apontando aos gestores quais problemas estão ocorrendo e apresentando sugestões de melhoria.

Ascom – Qual a função específica exercida pela Ouvidoria?

Daniel – É um setor que coleta e repassa informações às áreas responsáveis, cobrando soluções aos setores e relatando aos diretores e coordenadores os problemas apontados pela demanda, combatendo, quando for o caso, possíveis ineficiências ao serviço público e dando resposta ao cliente-cidadão dentro de um prazo de 15 dias. A Ouvidoria tem o dever de fortalecer a cidadania e democracia participativa, promovendo a ampliação do espaço público à participação da sociedade civil de forma direta e agindo em defesa da comunidade de forma imparcial.

Ascom – Quais os objetivos e metas que a Ouvidoria da Sudam pretende atingir?

Daniel – Ser um canal de mediação de conflitos dando suporte, como código de defesa, gerenciar os serviços para que se tornem mais eficazes. Queremos exercer um papel estratégico tanto ao público interno quanto externo. Nossa meta é articular junto ao Ministério da Integração Nacional a utilização de um software para registros e encaminhamentos das demandas. É bom lembrar que agora, em agosto, sairá nosso primeiro relatório de desempenho, resgatando nossas metas atingidas e futuras.

Ascom – Qual a importância para um órgão como a Sudam dispor de uma Ouvidoria?

Daniel – É muito importante, pelo processo que a Sudam passou. A Ouvidoria é um canal de conversação entre os setores, através de demandas para mostrar os serviços bem e mal prestados. A Ouvidoria abre as portas da instituição ampliando a transparência pública, não só para prestar contas mas para prestar serviços também aos cidadãos.

Ascom – Após quatro meses de instalação da Ouvidoria, o que já foi feito e o que se pretende fazer para que a Unidade atue de fato como interlocutora do público com a Sudam?

Daniel – Após o projeto de articulação e implementação com a Ouvidoria do Ministério da Integração, houve muitas demandas significativas, não só pelo ministério, mas pelo próprio e-mail da Ouvidoria com reclamações, informações, opiniões e etc.

A Ouvidoria também quer participar de forma mais efetiva na instituição, elaborando um pequeno espaço permanente no informativo ou um espaço exclusivo para postagem de pequenas notas, além de trabalhar em conjunto com as ouvidorias regionais, dos estados e municípios de toda a região Amazônica.



Daniel Rocha - “A ouvidoria tem o dever de ampliar o espaço público à participação da sociedade civil”

Serviço: Ouvidoria da Sudam

Telefone: 4008-5689

E-mail: ouvidoria@sudam.gov.br

Av. Alm. Barroso, nº 426, Bloco “C”,

**7º Andar, Gabinete, Marco - Belém - PA
CEP 66093-906**